



# A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE **GADO DE CORTE** E SEUS DESAFIOS GLOBAIS

## Sumário Executivo

Leila Harfuch  
Fernanda K. Lemos  
Rodrigo C. A. Lima  
Gustavo Dantas Lobo  
Mariane Romeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A Produção brasileira de gado de corte e seus  
desafios globais [livro eletrônico] / Leila  
Harfuch ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo :  
Agroicone, 2025.  
PDF

Outros autores: Fernanda K. Lemos, Rodrigo C. A.  
Lima, Gustavo D. Lobo, Mariane Romeiro  
Bibliografia  
ISBN 978-85-5655-039-2

1. Agropecuária 2. Gado de corte - Brasil -  
Criação 3. Gado - Alimentação e alimentos 4. Gado -  
Criação  
5. Gado - Reprodução I. Harfuch, Leila. II. Lemos,  
Fernanda K. III. Lima, Rodrigo C. A. IV. Lobo,  
Gustavo D. V. Romeiro, Mariane.

25-295540.0

CDD-636.202

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Gado : Criação : Pecuária : Zootecnia 636.202

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

# A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE **GADO** **DE CORTE** E SEUS DESAFIOS GLOBAIS

## Sumário Executivo

Este documento analisa o sistema brasileiro da carne bovina, destacando sua importância econômica e sociocultural, os desafios socioambientais associados e as estratégias adotadas. Ele resume o White Paper “A Produção brasileira de gado de corte e seus desafios globais (2025)”, o qual apresenta os pilares para desenvolvimento sustentável na pecuária brasileira e a descarbonização da atividade, levando em consideração o manejo de pastagens como indutor deste processo.

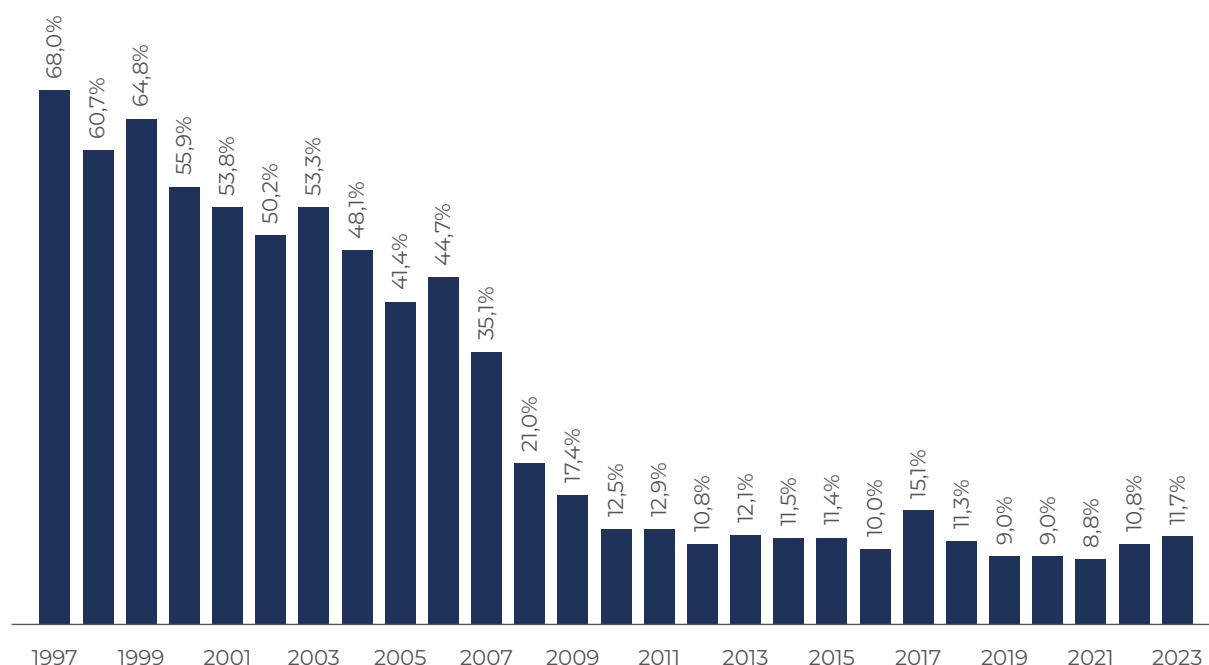
O contexto global das mudanças do clima, evidenciado pelo IPCC e eventos como a COP30, impõe urgência na descarbonização da economia e na busca por sistemas alimentares sustentáveis (FSS). O sistema da carne bovina é reconhecido como um dos mais complexos, com aspectos culturais, econômicos e ambientais distintos em cada país. No Brasil, o agronegócio representa cerca de 22% do PIB total (CEPEA, 2024<sup>1</sup>) e é o setor mais exposto à concorrência internacional. O setor pecuário representou 23,2% do PIB do agronegócio e 5,1% do PIB total brasileiro em 2024.

A produção de gado para corte no Brasil evoluiu significativamente, especialmente após o Plano Real (1994) e a abertura comercial. A redução da idade do animal abatido mostra um dos elementos de ganhos de produção e produtividade, como pode ser observado na Figura 1. O avanço de tecnologias em nutrição, sanidade e genética impulsionaram o desenvolvimento do setor e as exportações.

<sup>1</sup>CEPEA. PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 16 maio 2025

O Brasil tornou-se o maior exportador de carne bovina do mundo, com 3 milhões de toneladas (equivalente-carcaça<sup>2</sup>), ainda que o mercado interno seja o destino de cerca de 70% (7,65 milhões de toneladas equivalente-carcaça) da produção total de 10,6 milhões de toneladas (equivalente-carcaça) em 2023 (ABIEC, 2024<sup>3</sup>). A relevância das exportações e seu aumento exponencial, especialmente para a China<sup>4</sup>, e a crescente abertura de novos mercados estão diretamente relacionados com os aumentos de preços (arroba do boi) e intensificação de parte da produção.

**Figura 1 - Porcentagem de animais abatidos após 36 meses (somente machos)**



Fonte: ABIEC (2024)

Apesar das conquistas mercadológicas e avanços produtivos, o setor enfrenta desafios socioambientais e institucionais, tais como: a associação da pecuária com o desmatamento, as elevadas emissões de gases do efeito estufa (GEE), a degradação de pastagens, a rastreabilidade de seu rebanho,

<sup>2</sup> A tonelada equivalente carcaça (TEC ou CWE) é uma medida utilizada para padronizar a pesagem da carne bovina, capaz de comparar com o peso da carcaça do animal, sendo este uma porcentagem do peso vivo do animal.

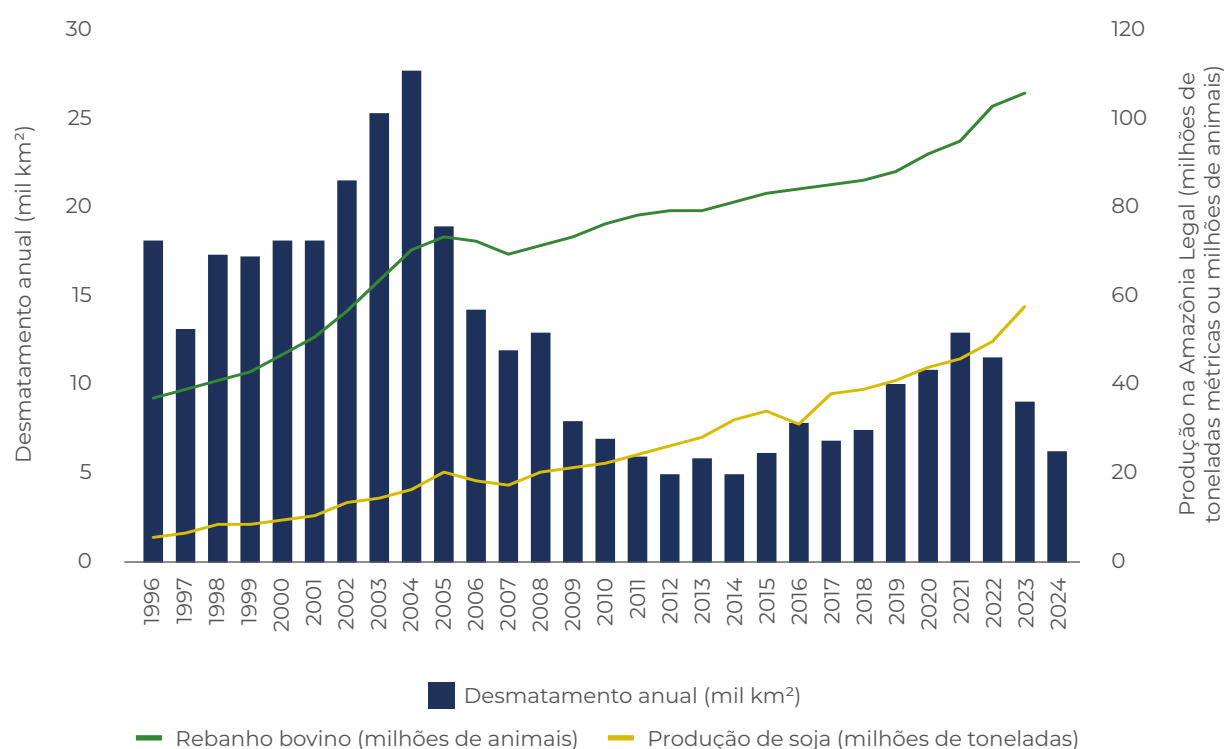
<sup>3</sup> Disponível em: ABIEC. Beef Report 2024: Perfil da Pecuária no Brasil. Disponível em: <https://abiec.com.br/publicacoes/> Acesso em: 25 maio 2025.

<sup>4</sup> Estima-se que o consumo de carne bovina será de 38%, enquanto sua capacidade de produção refletirá apenas 30% (FAO – projeção de 2024- 2033).

a falta de tecnificação em todo país e a exclusão de pequenos produtores do processo de transição produtiva. Estes desafios, colocam em evidência para o mundo uma pecuária (ou o Brasil como grande fornecedor de carne) de baixa sustentabilidade, não levando em consideração os atributos positivos da cadeia ou ainda as dificuldades de coordenação das instituições públicas e privadas.

O desmatamento, especialmente na Amazônia Legal<sup>5</sup>, é uma preocupação persistente, embora a produtividade da agropecuária brasileira tenha crescido significativamente com menor incorporação de novas terras nas últimas décadas (Figura 2). Ainda, o Cerrado tem sido foco de diversas críticas devido às mudanças de uso do solo, mesmo que sejam em bases legais.

**Figura 2 - Brasil: Desmatamento, produção de soja e rebanho bovino na Amazônia Legal**



Fonte: IBGE (PAM), IBGE (PPM), PRODES/INPE

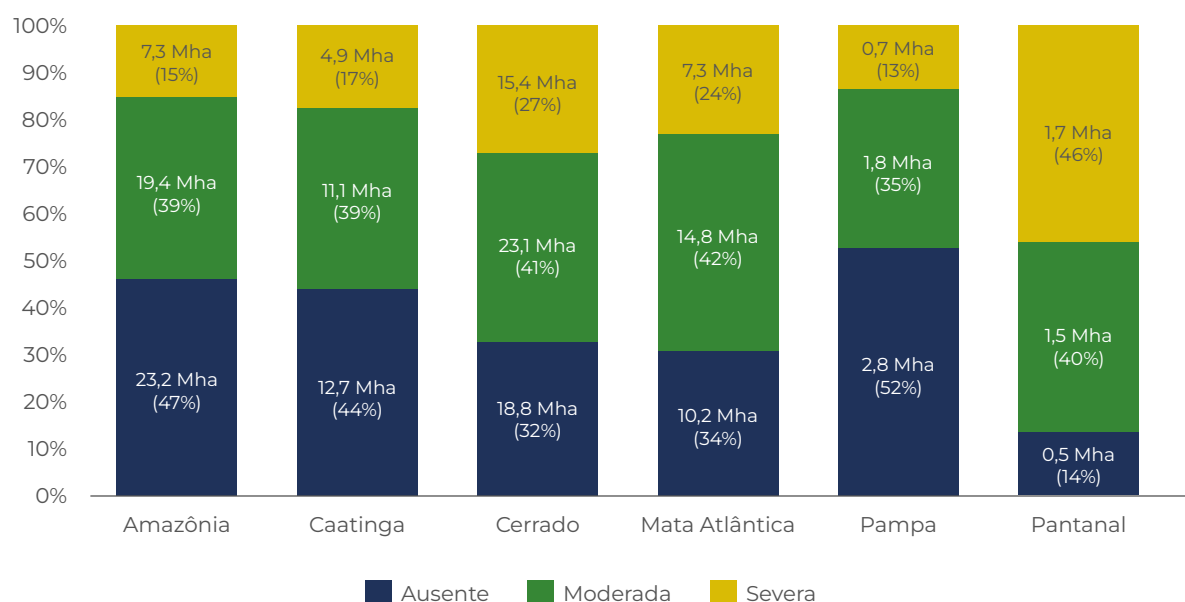
<sup>5</sup> A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM delimitada em consonância ao Art. 2o da Lei Complementar n. 124, de 03/01/2007. A Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da SUDAM, com finalidade de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A região é composta por 733 municípios nos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. A sua área total representa aproximadamente 5 milhões de km2, correspondendo a cerca de 58,92% do território brasileiro, no entanto é habitada por apenas 12,32% da população brasileira (IBGE).

Um dos fatores que implicam em tais críticas é o fato de que a mudança do uso da terra é a maior fonte de emissões de gases do efeito estufa no Brasil, representando 39,5% em 2022, sendo mais representativo que o setor agropecuário, 30,5% (BRASIL, 2025)<sup>6</sup>.

Outra questão relacionada à atividade são as emissões da agropecuária, que no Brasil são majoritariamente dominadas pelo metano (CH<sub>4</sub>) e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), com a fermentação entérica do gado sendo a principal fonte dessas emissões (80%). As pastagens em processo de degradação (moderada ou severa) também são fonte de emissões. A Figura 3 apresenta os níveis de degradação de pastagens por bioma.

No entanto, é essencial demonstrar que há o potencial de captura por meio do manejo de pastagens e de sistemas integrados. A Embrapa evidenciou que a carne produzida pode ser neutra em emissões. Isso resultou na criação de uma certificação registrada no INPI denominada “Carne Carbono Neutro” para animais produzidos em condições de pastagens intensivas e em sistemas integrados. O componente florestal é relevante para atingir a neutralidade. Neste sentido, a recuperação e intensificação da atividade pecuária, além de promover menos emissões alavanca os ganhos de produtividade.

**Figura 3 – Níveis de degradação de pastagens por bioma**



Fonte: Lapig (2022), Elaboração: Agroicone.

<sup>6</sup> BRASIL (2025). Sistema Nacional de Registro de Emissões (SIRENE). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/sistema-de-registro-nacional-de-emissoes-sirene>. Acesso em 09 de junho de 2025.

Neste debate quanto ao uso da terra e emissões é válido ressaltar que o Brasil tem instituições que pautam a conservação de florestas e regulamentam o uso da terra. O Código Florestal<sup>7</sup> é um instrumento público fundamental para a conservação da vegetação nativa em propriedades rurais, exigindo a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), a recuperação ou compensação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (ARLs). No entanto, a avaliação do CAR e a implementação efetiva do Programa de Regularização Ambiental (PRA) em diversos estados ainda está em andamento (em atraso), comprometendo a imagem pública do país.

Além das instituições regulamentadoras, o governo brasileiro promove políticas públicas para impulsionar a agropecuária de baixa emissão de carbono, como o Plano ABC (2010-2020), o Plano ABC+ (2020-2030) e, mais recentemente, a partir do Decreto no 11.815/2023<sup>8</sup> o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD), recentemente incorporado à iniciativa do governo federal “Caminho Verde Brasil: restauração de terras e segurança alimentar” (BRASIL, 2025<sup>9</sup>).

As políticas e programas incentivam a recuperação e conversão de pastagens degradadas em sistemas sustentáveis, como o sistema de plantio direto, os sistemas integrados como a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e outras práticas e tecnologias que têm potencial de mitigação de GEE e de aumentar a produtividade e resiliência climática das atividades pecuárias, agrícolas e florestais. No entanto, os incentivos públicos não são totalmente capazes de financiar e promover a total mudança do uso da terra, intensificação das pastagens e adoção de melhores práticas. Os recursos são finitos e a demanda e urgência requerem que outras formas de financiamento sejam elaboradas advindos de recursos privados, internacionais, de fundos para composição de blended finance para atender o impulsionamento de novas tecnologias e os pequenos produtores.

Segundo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2024<sup>10</sup>) há um potencial de ao menos 27,7 milhões de hectares (Mha) de pastagens degradadas com alto potencial para conversão para sistemas produtivos

---

<sup>7</sup> BRASIL, (2012). LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.html). <sup>8</sup> BRASIL (2023). DECRETO Nº 11.815, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11815.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11815.html). <sup>9</sup> BRASIL (2025). Caminho Verde Brasil: Restauração de Terras e Segurança Alimentar. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/caminho-verde>. <sup>10</sup> BRASIL (2024). Conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuários e florestais sustentáveis: Priorização de áreas e estimativas de investimentos. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo; Centro de Inteligência para Governança de Terras e Desenvolvimento Sustentável; Agroicone; Imaflora; Grupo de Políticas Públicas da ESALQ. – Piracicaba, SP, MAPA, 2024. Disponível em: <https://agroicone.com.br/publicacao/conversao-de-pastagens-degradadas-em-sistemas-de-producao-agropecuarios-e-florestais-sustentaveis-priorizacao-de-areas-e-estimativas-de-investimentos-brasil/>

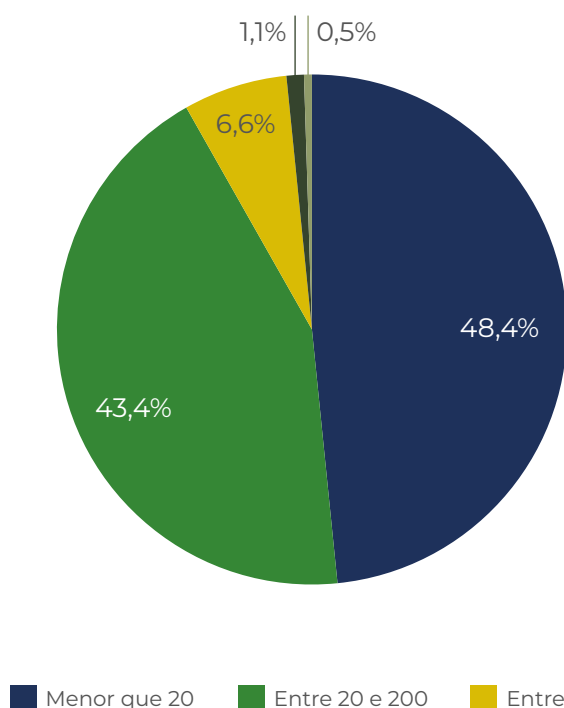


sustentáveis, distribuídos em 1,02 milhão de imóveis rurais privados. Para nove estados brasileiros selecionados pelo estudo, a recuperação ou conversão de 23,1 Mha de pastagens degradadas nesses sistemas requerem investimentos iniciais de ao menos R\$ 139 bilhões, além de custos operacionais que podem alcançar R\$ 90,8 bilhões ao ano.

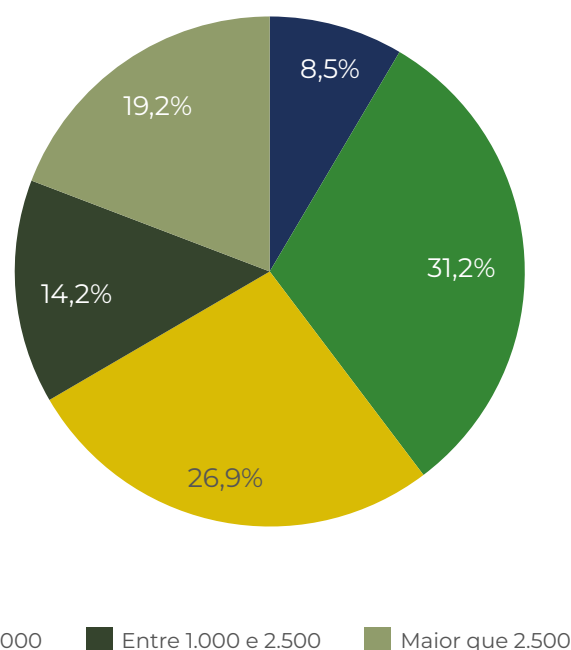
Não obstante aos desafios ambientais e econômicos, o aspecto social remete à marginalização e às dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores. A falta de assistência técnica, dificuldades de acesso ao crédito ou até mesmo conhecimento de práticas gerenciais impactam na adoção de tecnologias e boas práticas de produção (genética, nutrição adequada, sanidade animal e local), comprometendo suas atividades e rentabilidade no longo prazo.

Os pequenos produtores representam uma parte importante da produção pecuária e abarcam muitas famílias no campo (Figura 4). No entanto, frequentemente estão relacionados ao subdesenvolvimento da atividade, pois carecem de acesso à assistência técnica, crédito rural e tecnologia (Figura 5). A informalidade na cadeia de fornecimento de gado também dificulta a rastreabilidade e o controle socioambiental.

**Figura 4 – Distribuição de estabelecimentos por área (hectares)**



**Figura 5 – Distribuição do rebanho (%) por estabelecimento (hectares)**



Fonte: IBGE (2017)



Diferentemente da agricultura, o pequeno pecuarista não é conectado com as cooperativas, casas de insumos e outras fontes que podem prover informação, tecnologia, assistência técnica e financeira. Os pequenos pecuaristas são provedores de bezerros (em muitos casos) e realizam outras atividades em seus estabelecimentos como forma de diversificação e subsistência. A falta de titularidade, ou regularização fundiária é um gargalo ao desenvolvimento, pois marginaliza os pequenos produtores que desejam trabalhar de forma alinhada com as políticas públicas e privadas do país.

Ainda que persistam os desafios e gargalos enfrentados pelo setor, estes devem ser vistos como oportunidade de contribuição do Brasil nas agendas globais de desenvolvimento sustentável, de mitigação e adaptação às mudanças do clima, de segurança alimentar e do combate à pobreza. Um estudo coordenado pela ABIEC (Lima & Lemos, 2024<sup>11</sup>) abordou os pilares para a transição sustentável da pecuária de corte, que devem ser implementados com engajamento contínuo do produtor rural nas ações identificadas: (i) ampliar a adoção de tecnologias e boas práticas produtivas; (ii) adequação com o Código Florestal (validação do CAR e seu uso ao longo da cadeia da carne bovina); (iii) rastreabilidade e monitoramento (sanitária e ambiental); (iv) financiamento diversificado; (v) inclusão produtiva da pecuária (pequenos produtores).

Dentre os aspectos já comentados, vale ressaltar a importância da rastreabilidade bovina no país. Ainda que o sistema proposto pelo Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (PNIB<sup>12</sup>) seja de ordem voluntária (durante suas fases de implementação), a rastreabilidade e a produção de dados individuais dos bovinos remetem à segurança sanitária para o Brasil, que conquistou recentemente o status de país livre de febre aftosa sem vacinação, e que, no entanto, divide fronteiras com muitos países da América do Sul, significando um risco iminente. Neste sentido, à medida em que o rebanho é rastreado, o isolamento de doenças e zonas pode ocorrer, não comprometendo o comércio do país.

A rastreabilidade do rebanho por motivos ambientais é outro ponto nevrálgico para a cadeia de suprimentos quanto a legalidade dos animais e se a procedência da produção é livre de desmatamento. Além de tais atributos ambientais, a produção de microdados dos estabelecimentos pecuários colaboram para ganhos de gestão pública, privada e abertura de mercados coordenados por atributos ambientais. No entanto, isso segue ainda como parte de futuros encaminhamentos à medida em que se

---

<sup>11</sup> Lima, R. & Lemos, F. (Agroicone). 2024. Ações Prioritárias para a Transição da Pecuária. Um estudo coordenado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e a Tropical Forest Alliance (TFA). Outubro, 2024. p.49 (não publicado).

<sup>12</sup> BRASIL (2025). Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/rastreabilidade-animal/pnib>

avança a implementação nos estados, quanto à infraestrutura de dados e aos modelos de rastreabilidade.

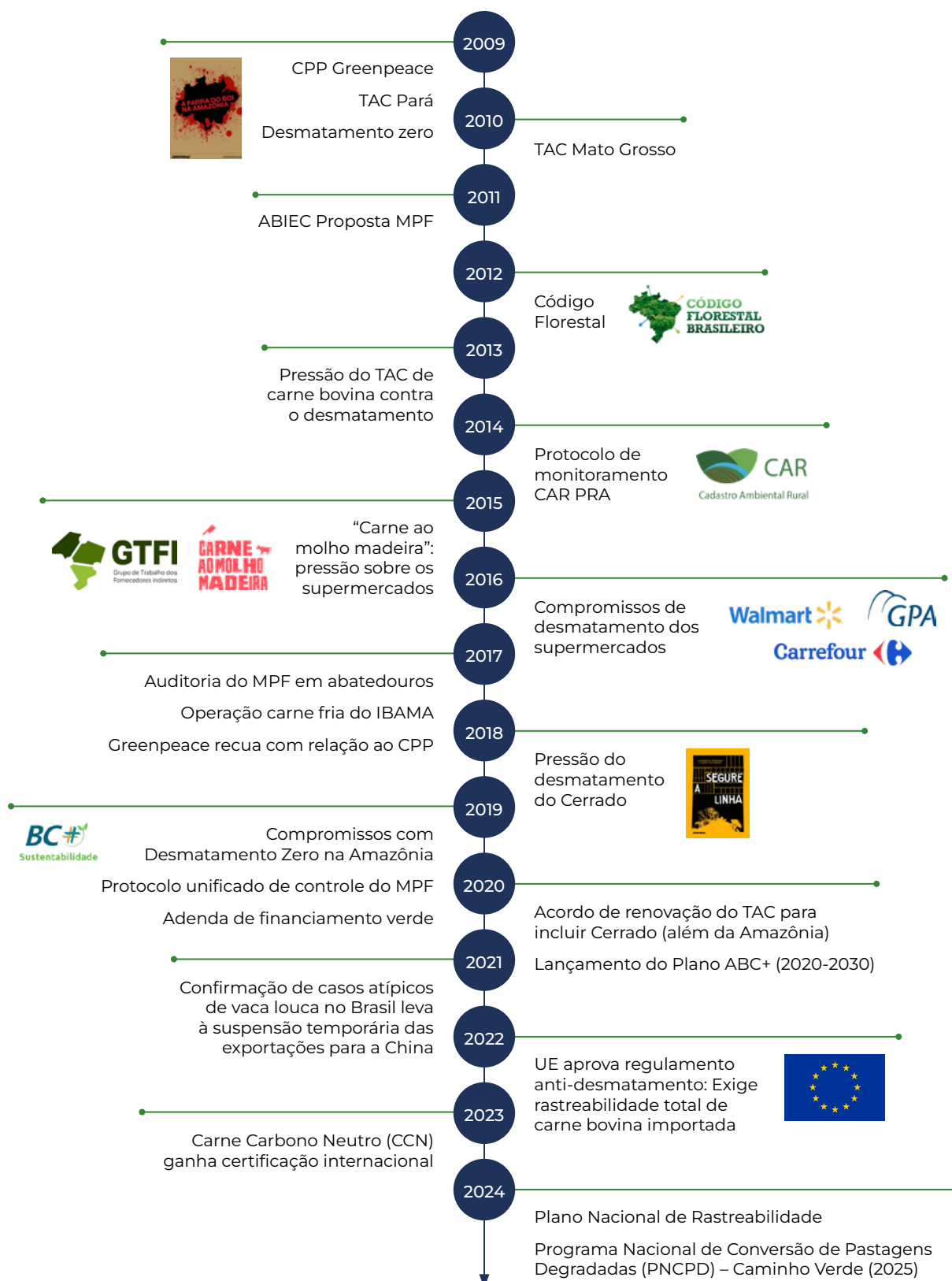
Como protagonistas da mudança, os frigoríficos processadores, especialmente aqueles que atendem a todo território nacional e exportações com Sistema de Inspeção Federal (SIF), têm se destacado pelo seu papel de coordenação deste sistema agroalimentar, impulsionando melhorias em padrões de qualidade e de processos e por promover a adoção de tecnologias pelos produtores via incentivos financeiros e não financeiros. Este papel é visto como crucial para impulsionar a sustentabilidade na cadeia devido às pressões de mercados, em especial internacionais. No entanto, lidar com questões socioambientais ainda representa uma dimensão que exige colaboração com os setores público, financeiro e a sociedade civil.

Desde 2009 diversos avanços socioambientais foram conquistados ao longo da cadeia, devido ao desenvolvimento institucional e esforços privados. A Figura 6 mostra esta evolução e comprometimento.

O caso da Marfrig, uma das empresas líderes globais no setor, ilustra essa transição. Desde 2009, a empresa assumiu compromissos para desvincular sua produção do desmatamento na Amazônia, implementando sistemas de geomonitoramento e parcerias estratégicas. Em 2020, lançou o Programa Marfrig Verde+, com o objetivo de garantir que 100% de sua cadeia produtiva seja sustentável e livre de desmatamento até 2030, compromisso que foi antecipado para 2025. A abordagem inclusiva com o objetivo de apoiar a regularização de fornecedores em não conformidade socioambiental, ao invés de excluí-los, envolve mecanismos financeiros, assistência técnica e monitoramento de fornecedores indiretos. Neste caminho, mais de 4000 fornecedores foram reincluídos em sua cadeia de fornecimento. A estratégia da Marfrig, com metas claras para eliminação de novos desmatamentos em sua cadeia, busca não apenas atender às demandas de mercado, mas gerar externalidades socioambientais positivas e promover uma mudança sistêmica na indústria.

Por fim, o sistema brasileiro da carne bovina é economicamente vital, mas enfrenta sérios desafios ambientais e sociais. As políticas públicas e as iniciativas do setor privado, como o Plano ABC+, a iniciativa Caminho Verde Brasil e as iniciativas dos frigoríficos, demonstram um caminho para a sustentabilidade baseado em tecnologia, inovação, inclusão social e transparência. Entretanto, a coordenação efetiva das ações de implementação, especialmente por parte dos frigoríficos processadores, e a colaboração entre as diversas organizações interessadas na cadeia e os governos, incluindo o desafio do financiamento, são essenciais para superar esses desafios e garantir que a produção de carne bovina brasileira contribua para a segurança alimentar global de forma sustentável e inclusiva.

Figura 6 - Perspectiva histórica do sistema de gado de corte, desmatamento e rastreabilidade



Fonte: elaborado por Agroicone



# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente sumário oferece um resumo do *Whitepaper* “A produção brasileira de gado de corte e seus desafios globais (2025)”. Apresenta a importância econômica e sociocultural da cadeia da carne bovina e os desafios ambientais, assim como seu potencial para contribuir com as agendas globais de desenvolvimento sustentável.

ISBN: 978-85-5655-039-2

